

As relações Estados Unidos-México e a complexa integração entre países assimétricos

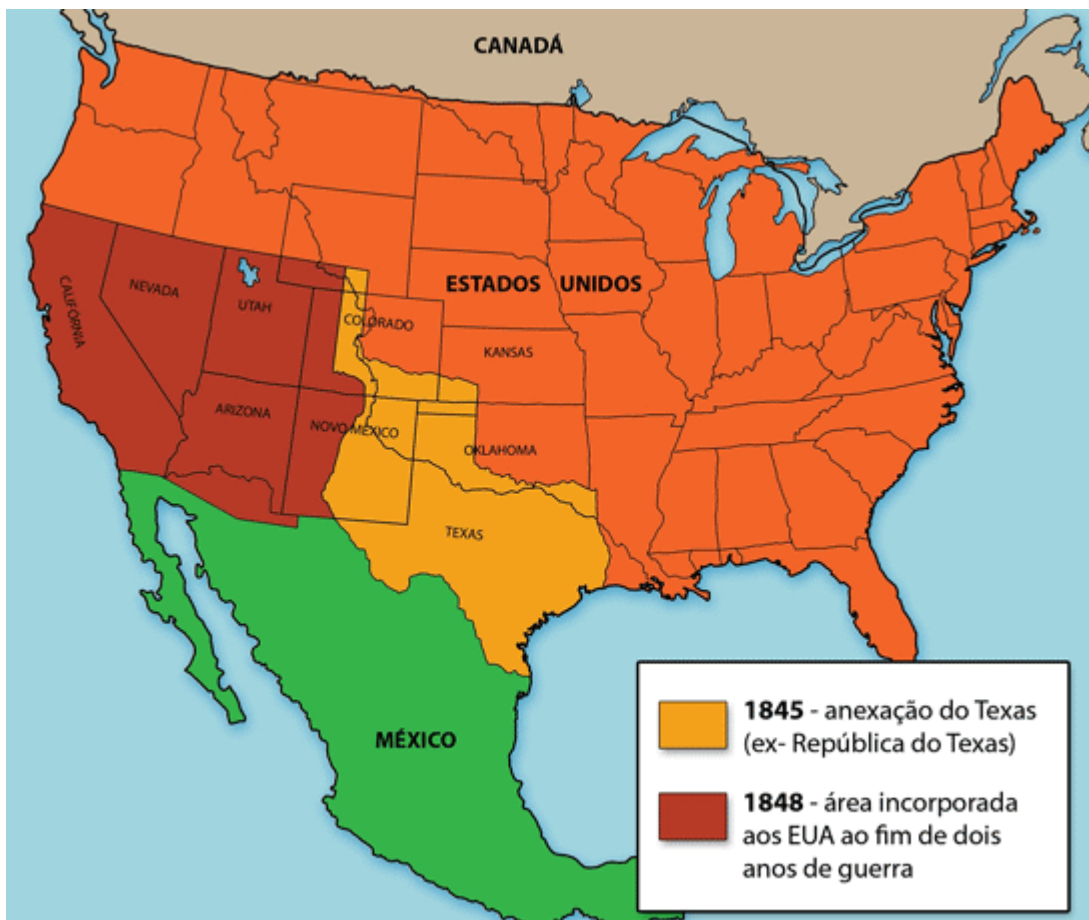
[Observatório de Regionalismo](#) > [Artigos](#) > [Américas](#) > As relações Estados Unidos-México e a complexa integração entre países assimétricos



Beatriz Naddi | 07/08/2019 | 0 | Américas

A proposta deste texto é refletir sobre a complexa integração entre países política e economicamente assimétricos, tomando como objetos de análise as relações entre Estados Unidos e México no governo Trump, em especial na dinâmica existente entre fluxo migratório e comércio bilateral. Mas, antes de aprofundarmos nesta discussão, regressemos um pouco a importantes fatores históricos dessa relação.

Maior potência mundial do pós-Guerra Fria, os Estados Unidos exercem uma grande influência no sistema internacional, o que não seria diferente em relação ao México. Divididos pela décima maior fronteira do mundo (3.141km), os vizinhos México e Estados Unidos compartilham uma história na qual a desconfiança é um elemento constante. De certo, um evento chave dessa relação foi a perda de 55% território mexicano aos Estados Unidos através da anexação da região do Texas e da conquista dos estados da Califórnia, Nevada, Utah e Arizona como resultado do fim da Guerra México-Estados Unidos entre 1946 e 1948 (ver mapa abaixo para mais detalhes). Passados sessenta e dois anos do fim deste conflito, a Revolução Mexicana foi vista pelos Estados Unidos como reflexo da instabilidade institucional mexicana, a qual seria um risco à própria segurança nacional estadunidense. A partir de então, tal relação foi administrada por meio de uma troca de garantias: enquanto os Estados Unidos não intervissem em sua democracia e autonomia, o México garantiria sua estabilidade interna no sentido de não perturbar a segurança nacional dos Estados Unidos.



Ainda assim, ao longo do século XX e do início deste século XXI, a relação México-Estados Unidos já foi desafiada de diversas maneiras. Durante a Guerra Fria, o México foi único país latino-americano a não cortar relações com Cuba. No decorrer da negociação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (*North American Free Trade Agreement*, NAFTA) – conhecido como o primeiro acordo entre países com poderes tão assimétricos –, ambos os governos tiveram que administrar a pressão de grupos contrários. Após os ataques terroristas de 11 de setembro 2001, o México teve que lidar com a política de ultra securitização da fronteira por parte dos Estados Unidos. Em seguida, o poder cada vez maior dos grupos narcotraficantes no México potencializou a preocupação dos Estados Unidos sobre sua segurança fronteiriça. E agora, a relação México-Estados Unidos é mais uma vez repensada tendo como ponto fulcral a imigração como elemento de risco a segurança nacional estadunidense.

Em janeiro de 2017, Trump ascendeu à presidência dos Estados Unidos por meio de um discurso moralmente conservador, politicamente antiglobalização e economicamente nacionalista, sendo o México (e os mexicanos) uma de suas principais fontes de desconfiança. Antes mesmo de sua chegada à presidência, Trump exaltava como uma de suas bandeiras o fechamento da fronteira sul, denunciado, por um lado, o México de estar destruindo a indústria estadunidense e, por outro, os imigrantes mexicanos de estarem tirando o emprego dos americanos e levando caos social aos Estados Unidos por meio de roubos, prostituição e drogas. Tomada posse, seu discurso formalizou-se na prática sendo a imigração mexicana (e centro-americana) o catalisador direto ou indireto de suas ações.

Nesse sentido, a pressão de Trump pela construção do muro ao longo da fronteira com o México se tornou um assunto cada vez mais polêmico, não só pelo muro em si mas também pelo grande problema de financiamento para sua construção. Em discurso e postagens no

Twitter, o presidente estadunidense já afirmou que o México seria quem pagaria o muro “de uma forma ou de outra”, fazendo referência às renegociações comerciais. Nesse sentido, um de seus primeiros grandes atos foi a renegociação do NAFTA, o qual, segundo Trump, seria “o pior acordo comercial da história”, na medida em que este estaria tornando o comércio estadunidense menos competitivo e transferindo empresas e empregos para os outros países signatários, em especial ao setor automobilístico no México. Frente ao enorme peso dos Estados Unidos, tal negociação culminou no “fim”, juridicamente falando, do NAFTA e o surgimento do Acordo Estados Unidos-México-Canadá ou USMCA, onde Trump conseguiu emplacar a maior parte de suas demandas (veja o que mudou em matéria publicada anteriormente pelo Observatório clicando [aqui](#)).

Este ano, mais uma vez, o comércio foi utilizado como poder de barganha dos Estados Unidos nas negociações de Trump com o presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador em relação ao intenso fluxo migratório proveniente, principalmente, da América Central. Desde 2018, o México vem sendo utilizado como uma rota migratória para milhares de centro-americanos os quais estão fugindo do alto nível de violência e pobreza em seus respectivos países. O resultado é uma intensa crise migratória, com milhares de imigrantes sendo detidos nos Estados Unidos e crianças mantidas em abrigos precários separados de seus familiares, culminando, inclusive já em duas mortes de crianças sobre custódia do governo estadunidense. No entanto, Trump manteve sua postura anti-imigratória e passou a pressionar o México a barrar essas caravanas anunciando no dia 30 de maio a sobretaxação progressiva das importações mexicanas partindo de 5% a 25% até outubro caso o governo mexicano não barrasse tal onda migratória.

Obviamente, para o México, isto representaria uma crise econômica sem precedentes, na medida em que suas exportações aos Estados Unidos representam mais de três quartos de suas exportações totais. Frente a isso, em pouco mais de uma semana após o anúncio de Trump, no dia 7 de junho, foi firmado um acordo entre México e Estados Unidos, onde o primeiro se comprometeu a controlar a onda de imigração em direção ao segundo impedindo a entrada ilegal de imigrantes em sua fronteira sul e tornando obrigatório aos imigrantes centro-americanos realizarem o pedido de asilo, primeiramente, no próprio México.

Nesse sentido, é importante destacar a complexa prevalência das questões comerciais sobre as sociais nas relações México-Estados Unidos. Dentro da ótica neoliberal de desenvolvimento, o acordo de livre comércio do México com Estados Unidos e Canadá resultaria em um balanceamento da qualidade de vida dos mexicanos, reduzindo, portanto, a pressão de parte dessa população migrar em busca do “sonho americano”. No entanto, após mais de vinte anos do acordo, o abismo econômico-social se manteve e a temática migratória fundiu-se às questões comerciais como moeda de troca. Assim, o comércio bilateral Estados Unidos-México, além de um instrumento econômico, tem sido utilizado como um instrumento político, que pressiona o México a aceitar os termos estadunidenses, como visto no caso da imigração.

Ao analisar as relações entre México e Estados Unidos fica evidente o conceito trazido por Joseph Nye de interdependência¹, na medida em que ambos os países dependem um do outro. Mesmo os Estados Unidos, liderados pelo antiglobalismo de Trump, não quebraram o acordo de livre comércio com o México (e o Canadá), só o reformulou, na medida em que o preço para quebrá-lo era muito maior à economia estadunidense que o manter. Além disso, a própria geografia agrega uma interdependência permanente, sendo o México o elo de ligação entre a América Latina e os Estados Unidos, o que lhe garante maior influência sobre o fluxo migratório ao norte. Mas, ainda assim, tal interdependência é assimétrica, na medida em que, ao fim e ao cabo, um dos lados depende muito mais que o outro, sendo este o lado mexicano.

Frente a isso, é necessário haver um debate sobre a viabilidade (ou não) de acordos de integração estritamente comerciais, os quais não consideram aspectos sociais e, por isso, negligenciam um elemento central de qualquer relação: as pessoas. Enquanto tal debate não é posto em prática pelos governantes, resta ao México e aos mexicanos, portanto, administrar os bônus e os ônus, as oportunidades e os riscos, de ser vizinho da maior potência política,

econômica e militar do mundo. Como disse o ditador pré Revolução Mexicana Porfirio Díaz, “Pobre México, tan lejos de Dios y tan cerca de Estados Unidos”.

[1] NYE, Joseph S. **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo: Gente Editora, 2009.